



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular 2020-2021

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública

Unidade curricular

Direito das relações jurídicas de emprego público
(Emprego público e direitos fundamentais)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana F. Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se que os estudantes adquiram uma compreensão alargada dos princípios, conceitos e instrumentos jurídicos do Direito do emprego público.

Pretende-se, em particular, que, a partir de uma visão cosmopolita e multinível dos direitos fundamentais, reflitam sobre o estatuto jurídico do trabalhador na relação de emprego público e sobre o conteúdo e aplicação do respetivo jurídico, tendo presente a vasta jurisprudência internacional e, sobretudo, europeia sobre as questões laborais na Administração Pública

Conteúdos programáticos

1. Delimitação e caracterização geral

1.1. Função pública, emprego público e relação jurídica de emprego público

1.2. O regime português do emprego público e os modelos de organização dos empregos públicos

1.3. As fontes. A influência cruzada da internacionalização e da europeização do Direito Administrativo e do Direito do Trabalho

2. A relação jurídica de emprego público

2.1. Traços de identidade

2.2. Os sujeitos e o objeto da relação jurídica

3. Os direitos fundamentais e a relação jurídica de emprego público

3.1. Constitucionalismo multinível e âmbito de proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos

3.2. Categorias principais dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos

3.2.1. Direitos de igualdade: igualdade e não discriminação

3.2.2. Direitos de liberdade, em especial, a liberdade de expressão, o direito à proteção de dados e o direito à proteção dos trabalhadores que denunciem ilegalidade ou atuações contrárias aos interesses públicos

3.2.3. Direitos de participação política

3.2.4. Direitos laborais: *i)* direitos laborais individuais; *ii)* direitos laborais coletivos ou de exercício coletivo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os tópicos dos pontos 1. e 2. do programa permitem o conhecimento de aspetos estruturais do Direito do



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

emprego público, em sintonia com o objetivo da unidade curricular de proporcionar uma compreensão essencial e integrada da disciplina. Por outro lado, o ponto 3. do programa fornece um quadro sistemático dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos e permite pensar as questões jurídicas que suscita e a resolução de casos a partir da dogmática dos direitos fundamentais no quadro de um constitucionalismo multinível

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos. Convida à participação, ao questionamento e à aplicação dos conhecimentos pelo seu cruzamento em diferentes situações laborais.

A estruturação de planos de aula e a disponibilização de materiais de apoio, prévia e posteriormente a cada aula, assim como o diálogo com a docente, permitem a consolidação e o aprofundamento das temáticas.

A avaliação pondera em igual medida o resultado de prova escrita e o resultado de trabalho escrito sobre um dos tópicos do ponto 3 do programa. A realização de trabalho escrito possibilita que os estudantes exercitem as qualidades de reflexão e escrita jurídicas e dá-lhes *feedback* significativo para a melhoria da aprendizagem. Pondera-se igualmente o seu empenho nas aulas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O tratamento integrado, reflexivo e contextual dos temas permite a apreensão dos diversos conceitos, princípios e de dimensões essenciais de regime, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e cosmopolita das questões que a disciplina postula.

Bibliografia principal

NEVES, Ana F. (2020), *Direito do emprego público local*, AEDREL - <https://www.aedrel.org/publicacoes/>.

DORSEMONT, Filip et al. (edited by), (2019), *The Charter of Fundamental Rights of the European Union and the employment relation*, Oxford, Hart.

QC, Robin Allen et al. (2018), *Employment Law and Human Rights*, Third edition.